

Produção Rural

Governador anuncia na Assembleia medida para favorecer produtor do leite



Durante evento em comemoração a Semana Estadual do Leite, instituída pela Lei 4.409, de autoria do deputado Junior Mochi (PMDB), o governador Reinaldo Azambuja anunciou que vai oferecer para o produtor de leite um diferencial do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), durante o período da seca quando ocorre a escassez do produto. [Leia mais.](#)

Decretos

Zé Teixeira denuncia que decretos de Dilma podem impactar o agronegócio



Na opinião do deputado, decisões tomadas pela União podem prejudicar o setor do agronegócio, principalmente decretos assinados pela presidente afastada Dilma Rousseff. [Leia mais.](#)

Emendas Federais

Mochi ressalta emendas de R\$ 74 milhões para atender municípios



Ao todo, serão destinados R\$ 74 milhões, provenientes de emendas parlamentares federais, referentes ao Orçamento Geral da União (OGU), a 33 prefeituras e ao Governo do Estado, para investimentos em saúde e infraestrutura. [Leia mais.](#)

CPI

CPI apresenta voto de relatora e faz 14 recomendações



Com 286 páginas distribuídas em 17 capítulos, o voto da relatoria da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a Ação/Omissão do Estado de Mato Grosso do Sul nos Casos de Violência Praticados Contra os Povos Indígenas de 2000 a 2015 concluiu que "inexistem provas materiais e liame jurídico necessário à responsabilização do Estado do Mato Grosso do Sul". [Leia mais.](#)

IBGE

Sessão solene destaca oito décadas de história do IBGE



Proposição do presidente Junior Mochi (PMDB), a Sessão marcou o reconhecimento do Parlamento Estadual à trajetória do órgão que atua em todo o País. [Leia mais.](#)

SAÚDE

Deputados apelam para Governo providenciar mais vacinas contra H1N1



Os deputados estaduais estão pedindo ao Governo do Estado para que mais doses da vacina da H1N1 sejam disponibilizadas para a população. [Leia mais.](#)

ACOMPANHE A AÇÃO PARLAMENTAR

Clique [Aqui](#)

PLENÁRIO Semana de 31/05 a 02/06/2016

Projetos Apresentados

Projeto de Lei nº 101/16, autor deputado Felipe Orro (PSDB), institui a reserva de vagas, em percentual de no mínimo 20%, nas empresas da área de segurança, vigilância e transportes de valores, para vigilantes do sexo feminino, nas contratações que especifica.

Projeto de Lei nº 102/16, autor deputado Cabo Almi (PT), dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental quando da contratação com a administração pública, de acordo com o princípio de desenvolvimento econômico social e ecologicamente sustentável.

Projeto de Lei nº 103/16, autor deputado Flavio Kayatt (PSDB), trata sobre a implantação do Selo de "Empresa Consciente".

Projeto de Lei nº 104/16, autor deputado Angelo Guerreiro (PSDB), denomina Claudinei Alves de Souza o novo prédio da SANESUL, em Aparecida do Taboado.

Projeto de Resolução nº 15/16, autoria Mesa Diretora, prorroga licença da deputada Antonieta Amorim (PMDB) para tratamento de saúde.

Projeto de Resolução nº 16/16, autor deputado George Takimoto (PDT), concede Título de Cidadão Sul-mato-grossense ao Sr. Carlos Wagner Guaritá Marques.

Projeto de Resolução nº 17/16, autora deputada Grazielle Machado (PR), concede a Comenda do Mérito Legislativo a Senhora Délia Godoy Razuk.

Projeto de Resolução nº 18/16, autora deputada Grazielle Machado (PR), concede Título Honorífico de Cidadão Sul-mato-grossense a advogada Caroline Mendes Dias.

Projeto de Resolução nº 19/16, autor deputado Lidio Lopes (PEN), concede Título de Cidadão Sul-mato-grossense ao Sr. Claudineis Galinari.

Projeto de Resolução nº 20/16, autor deputado Coronel David (PSC), concede Título Honorífico de Cidadão Sul-mato-grossense ao Padre José Battisti.

Projeto de Resolução nº 21/16, autor deputado Coronel David (PSC), concede Título Honorífico de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao Professor Doutor Durval Batista Palhares.

Emenda Modificativa nº 1, Projeto 2/16, autor deputado Junior Mochi (PMDB), modifica-se o Art 1º A alínea 'b', do inciso VIII, do art. 41 da Lei nº 1.810, de 22/12/1997, e suprime o art. 2º do Projeto de Lei nº 2/16.

Projetos Aprovados em segunda discussão

Projeto de Lei nº 99/16, autor Poder Executivo, concede abono salarial aos servidores estaduais efetivos ativos, integrantes da Administração Direta, Autárquia e Fundacional do Poder Executivo.

Projeto de Lei nº 287/15, autor deputado Marquinhos Trad (PSD), trata sobre a obrigatoriedade de informações de valores dos produtos ou serviços que estarão em promoção nos dias conhecidos como "Black Friday".

Projeto de Lei nº 42/16, autor deputado Professor Rinaldo (PSDB), dá o direito às pessoas que tiraram sua carteira de identidade quando estavam classificadas na condição de analfabetas, da isenção da taxa na emissão da segunda via da carteira.

Projeto de Lei nº 298/15, autor deputado Ângelo Guerreiro (PSDB), coloca os repelentes contra mosquitos na condição de medicamentos para reduzir e isentar impostos sobre os produtos.

Projeto de Lei nº 291/15, autor deputado Renato Câmara (PMDB), altera a Lei Estadual n. 2.073, de 07/01/2000, sobre a Política Estadual do Idoso.

Projeto Aprovado em discussão única

Projeto de Decreto Legislativo nº 2/16, autor Poder Executivo, ratifica os Convênios ICMS, Protocolos ICMS e Ajustes SINIEF, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

Vetos Discutidos e Votados

Veto Total ao Projeto de Lei nº 156/15, autor deputado Cabo Almi (PT), trata sobre a divulgação da relação de obras de engenharia contratadas pelo Poder Executivo. Mantido. Arquivado.

Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 191/15, autor deputado Marquinhos Trad (PSD), cria o Sistema Estadual de Prevenção ao Roubo ou Furto e ao Comércio Ilegal de Bicicletas. Mantido. Arquivado.

Veto Total ao Projeto de Lei nº 127/15, autor deputado Renato Câmara (PMDB), dispõe a obrigatoriedade na realização gratuita de testes vocacionais para todos os alunos matriculados no 3º ano do ensino médio da rede pública estadual de ensino. Mantido. Arquivado.

Veto Total ao Projeto de Lei nº 166/15, autor deputado Cabo Almi (PT), aborda sobre o acesso à informação na forma da Lei 12.527, de 18/11/2011. Mantido. Arquivado.

Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 211/15, autoria deputados Marquinhos Trad (PSD), Flavio Kayatt (PSDB), Lidio Lopes (PEN) e Mara Caseiro (PSDB), dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas prestadoras de serviços de telefonia móvel manter postos de atendimento em cidades com mais de 20 mil habitantes. Mantido. Arquivado.